



revista
Fenavist

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES - ANO XIV - Nº 20 - JULHO DE 2015

**ISTO É
ILEGAL**

LANÇAMENTO DA CAMPANHA NACIONAL DE
**COMBATE E PREVENÇÃO À
SEGURANÇA CLANDESTINA**

FENAVIST e SESVESP na 18ª EXPOSEC

Piso Nacional do Vigilante em Discussão

5º Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada

GEASSEG: História e Desenvolvimento

Estatuto da Pessoa com Deficiência Sancionado com Vetos



**VEM AÍ...
NOVEMBRO DE 2015**

***PRÊMIO
MÉRITO E BENEMÉRITO
DA SEGURANÇA PRIVADA
NACIONAL***




Fenavist



Em junho completamos um ano de gestão!

Este foi um ano de muita luta, muito trabalho e, se conseguimos alcançar o que conquistamos, foi graças ao suporte recebido de todos vocês que nos apoiaram ao longo deste tempo.

Neste período, intensificamos muitos trabalhos e propusemos mudanças e renovação para a nossa entidade. Lançamos em parceria com a Polícia Federal a Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina que, ao longo do ano, será divulgada e trabalhada em todo o Brasil. Reestruturamos o setor da comunicação, construindo um novo portal e continuamos com a publicação da nossa Revista Fenavist, ferramenta tão importante para a divulgação do nosso setor.

Para uma análise crítica e para atualização dos números do nosso segmento estamos investindo na análise dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E.), Ministério da Previdência Social (M.P.A.S.), Receita Federal e Departamento de Polícia Federal (DPF). Em todos os nossos setores sempre procuramos trazer o que há de melhor no segmento para manter você bem informado.

Ao optarmos pela ampliação dos horizontes da nossa entidade através de sólidos investimentos institucionais com a criação de benefícios, prestação de serviços e atenção ao bem-estar do filiado, da categoria e da sociedade, através da abertura à qualificação e valorização profissional, promovemos o crescimento ainda maior de nossas responsabilidades como gestores.

Nossa Federação hoje é referência em Segurança Privada, no cenário nacional e até mesmo internacional, o que só aumenta a importância do trabalho e das ações de cada um de nós, como representantes da mesma.

Vencer este enorme desafio, manter as conquistas até aqui obtidas e promover os avanços necessários em sintonia com os novos tempos, não é tarefa para uma só pessoa. Devemos lutar sempre juntos pela ampliação da participação de um número cada vez mais expressivo de conquistas para a Segurança Privada brasileira, seja na esfera política, econômica ou social.

E o nosso trabalho está apenas começando. Para este 2º ano de mandato, teremos mais novidades: vamos comemorar o Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional, oportunidade para destacar os esforços grandiosos das empresas do segmento, que lutam todos os dias para vencer tantos obstáculos para se manterem regulares e ativas no mercado brasileiro, pelas adversidades econômicas, legislação defasada, alto custo dos encargos, contratos sem o cumprimento dos pagamentos no prazo acordado, entre tantas outras dificuldades.

Agradecemos neste início os nossos diretores, filiados, associados, apoiadores, articulistas, colaboradores e entrevistados por terem feito parte da nossa história! Vamos continuar trabalhando arduamente para conquistarmos ainda mais vitórias e agregarmos princípios únicos e consolidados de trabalho nesses próximos três anos de mandato, fortalecendo ainda mais nossa entidade.

Boa leitura!
Um grande abraço,

Jeferson Furlan Nazário
PRESIDENTE NACIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente Nacional

João Eliezer Palhuca

Vice- Presidentes

Leonardo Vieira, Odair de Jesus Conceição, Frederico Muniz Junqueira de Almeida, Urubatan Estevam Romero, Elson Batista Ramos, Victor Saeta de Aguiar, Jefferson Marques de Quadros, Jacymar Delfinno Dalcamini, Ruben Schechter, Leonardo Ottoni Vieira, Danilo Medeiros Braulino, José Jacobson Neto, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Agostinho Rocha Gomes, Mario Giannini Baptista de Oliveira, Francisco Lopes, Ricardo Tadeu Corrêa, Dilmo Wanderley Berger, Eliete Carius Lins e Silva, Augusto Farias, Leonardo Cavalcanti Prudente, Luiz Alfonso Fregulia, Patrocínio Valverde de Moraes Neto, Aprigio Rello Júnior, Marcos Félix Loureiro, José Rossini de Araújo Braulino, Ari Luis Favero Dal Bem, Jerfferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Silvío Renato Medeiros Pires, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Ricardo Kuerten Dutra,IVALDO VICENTE NAVES, João Batista Diniz Junior, Irenaldo Pereira Lima, José Nivaldo Campos Vieira, José Adir Loiola, Flávio Sandrini Baptista, Domingos Alcântara Gomes, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Wanderley Aranha, José Luis Marques Rodrigues, Joseph Ribamar Madeira, José Caetano Rodrigues Horta, Salmen Kamal Ghazale, Avelino Lombardi, José Pacheco Ferreira, José Helder de Souza Andrade, Francisco de Assis Veras Fortes, Raimundo Nonato Caldeira da Silva, Frederico Carlos Crim Camara, Marcos Vinícius Castro Nascimento, Ricardo Roland Rocha, Aldair Neves Pinto Junior, Autair Iuga, Antônio Laete Cabral Filho, Ivan Hermano Filho, João José Andrade de Almeida, Francisco de Assis, Sidney Tinoco, Renato Fortuna Campos, André Luiz Costa Machado, José Evaldo Vieira, João Bosco Suzano Giantaglia, Waldemar Pellegrino Júnior, Paulo Cesar Baltazar Viana, Paulo Sérgio Macêdo, Marco Antônio Alegre da Costa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Amauri de Oliveira Soares, Adriano Macedo da Fonseca, William Benfca Silva, Edmilson Pereira de Assis, Antônio Vasco Pereira Filho, Leslie Castelo de Vasconcelos, Jonivaldo de Oliveira Moreira

Vice-Presidentes Regionais

Renê Rodrigues de Mendonça Filho, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Lauro Santana Silva, Cesar Marques de Carvalho, Ângelo Roberto Jacomini, Nilva Aparecida Lopes Jacomini, Carlos Eduardo Escobal, Alberto Minazzoli, Paulo Renato Pacheco, Jerri Bertoni Macedo

Conselho Fiscal

Lélio Vieira Carneiro, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Sandro Maurício Smaniotto, Ivan Zanardo, Manoel dos Anjos Almeida, Vivaldi Pereira Rodrigues.

Delegados Representantes

Odair de Jesus Conceição, Lélio Vieira Carneiro, José Adir Loiola, Urubatan Estevam Romero

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair de Jesus Conceição

Edição e Textos

Rafaela Barbosa de Souza

Lilian Ferracini

Fotos

Ascom-Fenavist

Layout e Diagramação

Ferracini Comunicação e Serviços Ltda.

Impressão

Gráfica Athalaia

Tiragem: 5.500

06	FENAVIST e SESVESP na 18ª edição da EXPOSEC
11	FENAVIST lança novo Portal
12	Na Luta Contra a Clandestinidade
15	Comissão Especial da Câmara dos Deputados discute Projeto sobre o Piso Nacional do Vigilante
18	Empresários comemoram aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização
20	Estatuto da Pessoa com Deficiência Sancionado com Vetos Favorece Setor Produtivo
22	RECONHECIMENTO! Sua empresa não pode ficar de fora da 5ª Edição do Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional
25	SINDESP-DF: carro-chefe da Segurança Privada Brasileira
27	GEASSEG: História e Desenvolvimento
33	FENAVIST E FEBRAC realizam I Encontro de Comunicadores do setor nacional de Segurança Privada e Asseio
34	I Workshop de Negociação Coletiva CNC
36	Comércio, Serviços e Empreendedorismo ganham Frente Parlamentar
37	Manaus sediará próxima Reunião da Diretoria e AGE da FENAVIST
38	Artigo: Como Se Faz Uma Lei
40	Informação Segura
46	Sindicatos

FENAVIST e SESVESP na 18ª edição da EXPOSEC

Foto: Divulgação Fiera Milano



Jeferson Nazário, Presidente da FENAVIST; e João Palhuca, Presidente do SESVESP; representaram o mercado de vigilância na abertura da Exposec 2015

A Fenavist e o SESVESP representaram o mercado de vigilância nacional durante a Exposec - Feira Internacional de Segurança, realizada de 12 a 14 de maio de 2015, no São Paulo Expo Exhibition & Convention Center, em São Paulo. Com o estande conjunto, as entidades puderam recepcionar empresários de vigilância de todo o país, que aproveitaram o evento para conhecer novas tecnologias e trocar experiências sobre o mercado.

Nos três dias do evento, vários empreendedores e presidentes de SINDESPs visitaram a exposição, que em sua cerimônia de abertura contou com a participação de Jeferson Nazário, Presidente da FENAVIST, e João Palhuca, Presidente do SESVESP. Ambos integraram o time de autoridades que cortaram a fita inaugural, a convite da ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança) e da Fiera Milano.

De acordo com Jeferson Furlan Nazário, a cada edição, a feira demonstra sua importância para o setor. “O volume de negócios realizado durante a feira, confirma a necessidade das pessoas em complementar a segurança pública com as

novas tecnologias existentes no mercado”, destacou. “Por ser considerada, a principal vitrine tecnológica do setor de segurança, é imprescindível que todos os empresários conheçam de perto este importante evento”

Profissionais de várias regiões do país e da América Latina estiveram presentes mostrando o que há de mais moderno em equipamentos para o segmento. No estande de 255 m², com decoração refinada, a Fenavist e o Sesvesp receberam empresários, presidentes, representantes de sindicatos, e visitantes em geral e puderam apresentar as atividades desenvolvidas pelas entidades e a soma de esforços para a união do segmento. “Também abrimos as inscrições para o Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional, um grande evento do setor que ocorrerá em novembro deste ano” lembrou o presidente da Fenavist.

“Há muito tempo participamos individualmente da EXPOSEC, que é referência para o setor em novidades tecnológicas e uma oportunidade única no país para que os profissionais envolvidos com segurança privada tenham contato direto com produtores e desenvolvedores de tec-

nologia, mas neste ano decidimos investir em um espaço comum como forma de otimizar a divulgação de nossas ações, cujo objetivo é o mesmo, o de conquistar melhorias para nossa atividade”, explicou João Eliezer Palhuca, presidente do SESVESP.

Com visitação superior a 39 mil profissionais, a feira reuniu mais de 700 expositores que apresentaram as últimas novidades e lançamentos para o mercado de segurança eletrônica, setor que deve faturar, somente em 2015, mais de R\$ 5,6 bilhões no Brasil, o que representa incremento de 10% comparado ao ano anterior.

A EXPOSEC apresentou, em 30 mil metros quadrados de área expositiva, mais de 10 mil itens entre sistemas de alarme e monitoramento eletrônico; controles de acesso, CFTV (Circuito Fechado de TV), detecção de incêndio, equipamentos de comunicação; serviços de proteção perimetral; segurança pessoal e sistemas de identificação, veículos e transportes especiais, entre outros. Dentre as principais novidades tecnológicas, destacou-se a biometria por rede de veias, as

câmeras Full HD e os softwares inteligentes.

A presidente da ABESE, Selma Migliori, por sua vez, aproveitou a inauguração da feira para exaltar os 20 anos da entidade e a parceria com o Grupo Fiera Milano. “A feira destaca-se por receber um público especializado, focado no negócio, o que é resultado do trabalho realizado em parceria entre a ABESE e o Grupo Fiera Milano. Isso nos permite estimar que 30% a 40% dos negócios gerados daqui até o fim de 2015 serão originados dos contatos feitos na feira. Essa edição da EXPOSEC representou a sua consagração como o maior e mais importante evento de segurança eletrônica da América Latina, pelo alto nível de expositores, pelas inovações tecnológicas apresentadas e pela qualificação do público visitante”.

Participaram também da cerimônia de abertura os empresários e representantes de entidades do setor, dentre eles o diretor comercial da Fiera Milano no Brasil, Rimantas Sipas; Jeferson Furlan Nazário; João Eliezer Palhuca, Roberto Souza Pinto, presidente do SINDVEL – Sindicato das



O estande das duas entidades marca uma nova fase institucional do mercado de vigilância

Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica; José Jacobson Neto, presidente da Abrevis (Associação Brasileira das Empresas de Vigilância) e Esperidião Gomes, presidente do Siese - AM (Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Estado do Amazonas).

Setor de Vigilância expõe seus serviços

Segundo os empresários de segurança privada, visitar a Exposec é importante para conhecer as novidades tecnológicas que possam aprimorar a prestação de serviços de vigilância. Outra estratégia é participar como expositor, para aproximar-se ainda mais do público contratante. As expositoras do ramo de vigilância desse ano foram a Pro Security, Prosegur, Protege e Suhai.

EXPOSEC 2016

Na próxima edição da feira, FENAVIST e SESVESP estarão juntos novamente em um estande ainda maior e com mais atrativos e novidades para recepcionar os empresários do setor. Agende-se!



João Palhuca, Edson Rodrigues, Rafaela Barbosa, Ana Paula Queiroga e Luciana Lopes



Odair Conceição, Jeferson Nazário e Irenaldo Pereira Lima, Presidente do SINDESP-DF



Sidney Tinoco, Diretor Patrimonial do SESVESP; Jeferson Nazário; Urubatan Romero, Presidente do SINDESP-CE; e José Evaldo Vieira, Diretor de Marketing do SESVESP



Leonardo Ottoni, Presidente do SINDESP-GO; Marcos Vidal (Master Security), João Palhuca, Pres. do SESVESP; José Pacheco, Pres. SINDESP-AM; e Ivan Hermano Filho, diretor do SINDESP-GO.



Cel. Francisco Lopes, João Diniz, Autair Iuga, João Palhuca, Gilmar Martins e Fábio Sales.



Edson Schueller, Sidney Tinoco e Odair Conceição.



Victor Saeta, Presidente da FESESUL; Irenaldo Pereira Lima, José Boaventura, Presidente da CNTV; e Sérgio Borges.



Victor Saeta, Jerfferson Simões, Edson Rodrigues e Antonio Vasco Pereira.



Sidney Tinoco, João Diniz, Victor Saeta de Aguiar, Jerfferson Simões e Rui Marques, Presidente do SEAC-SP



Carlos Anselmo de Souza, Orlando Guerreiro, João Palhuca



Estande da Fenavist e SESVESP servindo a seu principal propósito: reunir amigos e parceiros de negócios! Empresários de todo o Brasil visitaram o local.



Adilson dos Santos Marciano, Edmar Barbosa, João Palhuca, José Evaldo Vieira e Fernando da Costa



Paulo Lacerda, Ana Paula Queiroga, Urubatan Romero, Presidente do SINDESP-CE; e Rafaela Barbosa



Frederico Junqueira Filho, Frederico Junqueira, Milton Pimentel, Carlos Lucena, Cel. Francisco Lopes e João Gabriel Junqueira



Estande durante a feira com a presença de muitos empresários

Fenavist lança novo portal

Com a iniciativa de tornar o portal referência na internet em conteúdo sobre o setor da Segurança Privada, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) lança novo site.

O site da Fenavist foi totalmente reformulado e está cheio de novidades! Além de um novo projeto gráfico, mais moderno e dinâmico, as informações e acessos foram organizados para levar até você o que há de mais atual nas notícias do setor.

A facilidade de navegação são alguns dos destaques do portal que traz, ainda, calendário de eventos, notícias, publicações, estatísticas, entre outros.

“Com a rapidez com que as informações circulam na internet, decidimos que era o momento certo de atualizar o nosso portal para torná-lo mais atrativo aos visitantes que buscam informações e conteúdo atualizados sobre o segmento”, destaca Jeferson Furlan Nazário, presidente da Fenavist.

Convidamos a todos os nossos leitores a acessar o endereço www.fenavist.com.br.



A facilidade de navegação são alguns dos destaques do portal que traz, ainda, calendário de eventos, notícias, publicações, estatísticas, entre outros.

www.fenavist.com.br

Na luta contra a

(LANDESTINIDADE



**ISTO É
ILEGAL**

No Brasil, estima-se que para cada empresa regular 2 sejam clandestinas, sendo que a proporção vigilante/clandestino seja de 1/3 podendo em alguns estados chegar a 1 por 4. Esta participação excessiva e irregular leva à perda de faturamento das empresas regulares, com uma concorrência desleal, risco maior de acidentes e outras situações.

Outro problema enfrentado pelo setor são os chamados “bicos policiais”, onde agentes da segurança pública atuam como vigilantes privados, no período da folga, para complementar a renda. Em pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça, cerca de 77% dos policiais entrevistados declararam manter uma segunda atividade remunerada.

Outro dado que comprova a atividade irregular dos agentes públicos na segurança privada, é o número de policiais mortos fora do horário de serviço policial. Em sua grande maioria, a causa da morte é devido à reação em assaltos a estabelecimentos comerciais vigiados por eles.

Além da segurança patrimonial realizada por policiais, é comum a concorrência predatória de companhias clandestinas que prestam serviços de segurança em grandes eventos. Com a sonegação de impostos e direitos trabalhistas, nas licitações, as empresas clandestinas cobram um valor muito abaixo do mercado prejudicando as empresas regulares.

A contratação de empresas clandestinas pode colocar em risco a vida ou o empreendimento do cliente. Optando por uma empresa cadastrada e fiscalizada pela Polícia Federal, ele terá a garantia de que aquele profissional passou por uma série de testes e cursos de capacitação para realizar o serviço com excelência.

A maior campanha do país

Em defesa do setor, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) lançou a maior campanha contra a clandestinidade no Brasil. Realizada pela Polícia Federal, a campanha percorrerá todo o País, de norte a sul, para levar a mensagem de que: “a contratação de segurança deve ser feita corretamente, seguindo as determinações da Lei 7102/83 e suas regulamentações”.

O objetivo da campanha nacional é buscar a conscientização da sociedade em contratar somente empresas de segurança privada cadastradas e autorizadas pela Polícia Federal. A principal mensagem é conscientizar os empresários, contratantes, opinião pública e órgãos competentes sobre a necessidade de contratação de empresas idôneas e a formulação de ações concretas para reduzir a atuação de empresas que atuam nos estados sem a devida certificação e autorizações emitidas

pela Polícia Federal.

Assim, busca-se com esta campanha que os postos de trabalho hoje ocupados por empresas não regulares, possam ser substituídos por empresas regulamentadas, pelo menos em 50% dos mesmos. Serão distribuídas cartilhas com orientações de como contratar os serviços de segurança privada corretamente, além de propagar ações junto à Polícia Federal em diversos Estados do País para a intensificação da campanha, que teve seu lançamento no mês de junho, na Capital Federal.

Estatuto da Segurança Privada

Apesar do setor empregar, formalmente, cerca de 700 mil profissionais e com 2500 empresas regulares, a legislação atual (Lei 7.102/1983) é considerada

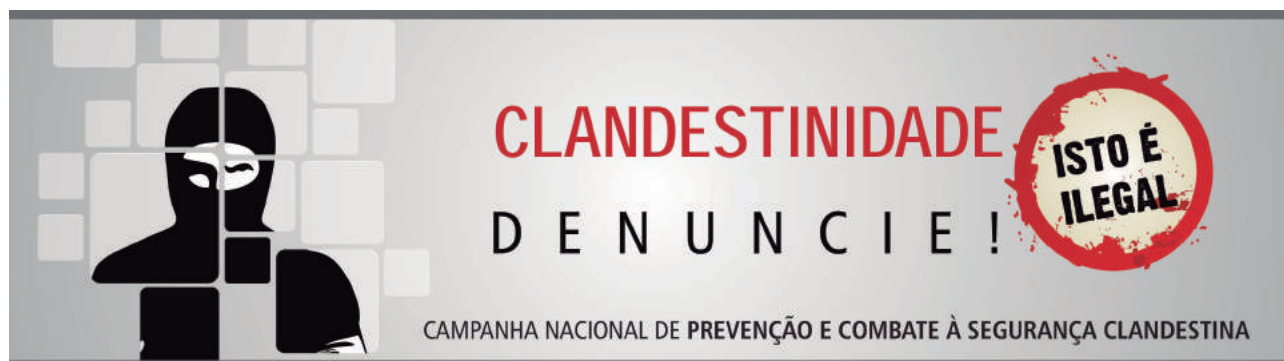
ultrapassada pelas empresas e instituições representativas.

Em discussão desde 2008, o Estatuto da Segurança Privada, entre diversos pontos, visa regulamentar a atuação das empresas de segurança eletrônica e criminalizar companhias que ofereçam serviços clandestinos.

Há diversas propostas que tratam da segurança privada, cerca de 118 projetos estão apensados ao PL 4238/2012, que trata sobre o piso nacional dos vigilantes, inclusive o projeto do estatuto que atualiza a Lei 7.102/83.

Espera-se que com a criação da Comissão Especial da Segurança Privada que visa discutir o PL 4238/12 e seus apensados, o setor tenha a sua importância reconhecida e a legislação atualizada.

Esperamos que os postos de trabalho hoje ocupados por empresas não regulares, possam ser substituídos por empresas regulamentadas, pelo menos em 50% dos mesmos.



Comissão Especial da Câmara dos Deputados discute Projeto sobre o Piso Nacional do Vigilante

No dia 7 de maio, foi realizada na Câmara dos Deputados a audiência pública convocada pela Comissão Especial do Projeto de Lei nº 4.238/12, que trata do Piso Salarial do Vigilante e versa ainda sobre vários outros temas de interesse da segurança privada, inclusive o projeto de estatuto que atualiza a Lei nº 7.102/83. A Comissão foi conduzida pelo Relator, Deputado Wellington Roberto (PR/PB), juntamente com o Presidente, Deputado André Moura (PSC/SE) e contou com a apresentação do Presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, do Vice-Presidente da entidade, João Eliezer Palhuca e do Presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

No plenário havia a presença de parlamentares, dirigentes de entidades patronais e assessores, além de diversos trabalhadores da segurança privada, que portavam cartazes com os dizeres: “Vigilante - Piso Nacional – 3 mil reais”, demonstrando o valor da proposta que estão defendendo na Comissão.

O sindicato laboral da categoria defende piso nacional para os vigilantes de R\$ 3 mil reais. No entanto, a proposta pode aumentar em até 246,43% o custo final dos serviços em segurança privada em alguns estados. A análise é da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), considerando os postos de serviços 24 horas, todos os dias do mês, com quatro vigilantes.



Presidente Jeferson Nazário e o Deputado Federal Laércio Oliveira



A questão está em discussão na Câmara dos Deputados e versa ainda sobre vários temas de interesse da Segurança Privada.

De acordo com estudo econômico da Fenavist, no Distrito Federal o aumento seria de aproximadamente 78% enquanto que na Paraíba, o impacto seria de 246% no custo da vigilância privada no estado.

Foram analisados ainda, os estados do Paraná (112,22%) e São Paulo (136,16%). “É importante salientar que os percentuais de encargos sociais, taxa de administração e lucro foram os mesmos para todos os estados”, destaca Jeferson Furlan Nazário presidente da Fenavist.

Nazário comenta, ainda, que o aumento nos valores dos contratos incentivaria a clandestinidade no setor. “Em uma empresa legalizada, um posto de vigilância 24 horas custa, em média, R\$ 20 mil por mês. Com o piso dos vigilantes de R\$ 3 mil, esse mesmo posto passaria a custar aproximadamente R\$ 50 mil. Quem contratará segurança privada nesse valor?”, questiona o presidente da Fenavist. “Além disso, com o aumento nos valores dos contratos, o próprio governo seria prejudicado já que os órgãos públicos são um dos maiores contratantes do setor”, completa.

Economia

O crescimento do setor está ligado à economia e, devido à crise que assola o país, o setor também é atingido. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), com a atual conjuntura econômica, o segmento de segurança privada já perdeu 2.500 postos de trabalho neste primeiro trimestre do ano. “O piso salarial de R\$ 3 mil resultaria em demissões em massa e a falência de diversas empresas do setor”, destaca o presidente da Fenavist.



José Boaventura Santos expõe as razões da reivindicação



Deputado Federal Major Olímpio, João Palhuca, Vagner Jorge e Jeferson Nazário



Presidente Nazário durante a sua exposição

Durante a audiência Pública, Nazário fez uma exposição clara e objetiva sobre a realidade do segmento empresarial, em diversos tópicos. Apresentou dados da evolução do número de admitidos e desligados. E questionou, se com o Posto de Vigilância 24hs a R\$50 mil, quem contratará o serviço?

“Teremos consequências graves de grande impacto no setor: demissões, falências, elevação de custos para o maior contratante, que é o Estado. O segmento espera a aprovação do Estatuto da Segurança Privada”, avalia o Presidente da Fenavist.



Plateia qualificada esteve presente à audiência

Em defesa do setor

Na Câmara dos Deputados, o Presidente Nazário, defendeu a atualização da Lei 7.102/83, assegurando que se o estatuto impuser novas regras contra a clandestinidade, com certeza vai facilitar o trabalho de fiscalização da Polícia Federal, que assim poderá agir com respaldo legal. Isto porque, existem hoje algumas situações irregulares que a justiça não considera crime, mas sim um fato atípico do ponto de vista penal.

Ao tratar do “bico policial” Jeferson afirmou que precisamos discutir o que seja o “bico”, vez que muitos policiais durante as suas folgas acabam morrendo no trabalho de segurança privada irregular, pois não cumprem as regras básicas deste tipo de atividade, ou seja, não estão preparados para tal função específica. As forças públicas são bem treinadas para outras atividades próprias do combate ostensivo, repressivo. Esclareceu não ser contra o policial fazendo a segurança privada, desde que ele cumpra todas as regras em vigor, a começar pelo curso de formação de vigilante, em seguida vincular-se a uma

empresa autorizada a funcionar pela Polícia Federal. A lei tem de ser igual para todos e o “bico” como está todos perdem. Vimos no Reino Unido que tudo funciona muito bem, porque existe a eficiente integração entre a segurança pública e a segurança privada, cada qual respeitando a atividade do outro.

Indagou a forma de contratação de empresas de vigilância pelo Estado, afirmando que a forma de contratação pelo pregão eletrônico é altamente nociva para setor e precisa ser eliminado. Pois atualmente existem sistemas fáceis de burlar as licitações, pois são criadas empresas “laranjas”, que tumultuam o processo e favorecem aquelas com preços inexequíveis. No futuro surgem as consequências prejudiciais, a empresa quebra e deixa enormes passivos trabalhistas e fiscais. A Polícia Federal tem capacidade técnica para fiscalizar, mas não tem condição operacional de impedir a clandestinidade. De tal modo, quando muito só consegue fazer a autuação, mas não vai às ruas

para fechar o estabelecimento irregular. Com o estatuto criminalizando condutas vamos dar os instrumentos legais para a Polícia Federal agir.

O estatuto deve também regular a situação das empresas de gerenciamento de riscos, que devem entrar neste mercado. O mesmo há de ser feito no tocante às empresas eletrônicas, sendo que com a entrada destas empresas haverá condições de cumprirmos as cotas do deficiente e do menor aprendiz, que serão colocados em salas de monitoramento.

Ao final dos trabalhos apresentados e após ouvir os parlamentares que fizeram o uso da palavra, o relator esclareceu que a audiência pública foi muito proveitosa, sendo que todas as contribuições trazidas serão levadas em conta, através de reuniões internas entre os membros da Comissão. “Na oportunidade iremos debater tanto o Piso salarial como todos os demais Projetos de Lei apensados”, declarou o Deputado Wellington Roberto.

Empresários comemoram aprovação do projeto de lei que regulamenta a terceirização

Após 11 anos de discussão, foi aprovado no dia 22 de abril o projeto de lei que visa regulamentar a terceirização no país. Embora seja uma prática existente no país há mais de 20 anos, o projeto de lei 4.330/2004 causou polêmica durante o período em que ficou em debate.

Do lado favorável à votação, o argumento é que a aprovação do projeto oferece segurança jurídica aos empresários e trabalhadores. Quem é contra a aprovação, alega que a regulamentação precariza as condições de trabalho.

Com números que impressionam, a atividade terceirizada possui grande representatividade na economia brasileira. No Brasil, existem cerca de 13 milhões de trabalhadores formais que representam 15% da força de trabalho no país.

Segurança Privada

Apesar de o segmento da segurança privada possuir lei própria, a regulamentação da terceirização também é de interesse do setor. “De uma maneira geral, a aprovação do PL 4330/2004 beneficia a todas as atividades que, agora, passam a contar com princípios reguladores. Além disso, o projeto de lei trará segurança jurídica, auxiliando o país a se tornar mais competitivo”, afirma

Setor de Serviços e de Segurança privada celebram aprovação do projeto e apresentam os benefícios da lei em cada segmento

Jeferson Furlan Nazário, presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

No entanto, o presidente da Fenavist ressalta, que além da terceirização, para a segurança privada, o principal projeto diz respeito ao Estatuto da Segurança Privada, que está tramitando no Congresso Nacional, dentro da Comissão Especial do Projeto de Lei nº 4.238/12, que trata do Piso Salarial do Vigilante.

Por haver diversas propostas que tratam da segurança privada, cerca de 118 projetos estão apensados ao PL 4238/2012, que trata do piso nacional dos vigilantes. O projeto de lei 8.052/2014 de autoria do deputado federal Laércio Oliveira (SD/SE) apresentado ao plenário em outubro do ano passado é a proposta mais recente e considerada a mais importante do setor.

Em discussão desde 2008, o Estatuto da Segurança Privada visa, entre outras questões, regulamentar a atuação das empresas de segurança

eletrônica e criminalizar empresas que ofereçam serviços clandestinos. “Desde 1983, quando foi regulamentado o setor, a legislação não é atualizada”, afirma o presidente da Fenavist.

Setor de serviços

No segmento de asseio e conservação, responsável por empregar cerca de 1,6 milhão de trabalhadores, a aprovação da lei trouxe esperança para o setor. “Já conseguimos enxergar no horizonte a geração de emprego e a garantia do cumprimento das leis trabalhistas. Com a aprovação da PL 4330/2004 tanto o contratante como o contratado respondem solidariamente às regras do processo licitatório. Assim o contratante vai prestar mais atenção à empresa contratada e não vai levar em conta somente o preço do custo do serviço”, destaca Edgar Segato Neto, presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac).

Uma das consequências da aprovação do projeto, é a segurança que



as empresas contratantes terão para utilizar a terceirização. “A lei é uma garantia para todos os atores envolvidos, pois vai impor regras, exigir documentação, permitir que os contratos e licitações sejam feitos de forma clara e, com isso, facilitar a criação de novos postos de trabalho”, explica o presidente da Febrac.

Para os trabalhadores, um dos benefícios que a lei oferece é o mecanismo para evitar calotes, em que a empresa contratada deve ter capital social integralizado proporcional ao número de empregados para garantir o pagamento dos direitos dos funcionários.

“A terceirização no Brasil, assim como no mundo todo, é uma prática salutar, profissional, organizada e que, além de gerar milhões de empregos formais diretamente, traz consigo uma série de outros benefícios e, por isso, a regulamentação é tão importante”, defende Segato Neto.

O QUE MUDA COM O PL 4330/2004

COMO ERA	COMO PASSA A SER
Não há um marco legal que regulamente a contratação de terceirizados no Brasil. A súmula 331 do TST, veda a contratação de terceirizados para atividades-fim.	Permite a atuação de terceirizados para atividades-fim, e não somente para atividades-meio.
A troca de empresa não é regulamentada. Prejuízos ao trabalhador são julgados individualmente.	A empresa prestadora do serviço deve arcar com FGTS, férias e outros benefícios previstos na CLT. Se ocorrer troca de empresa terceirizada com a contratação dos empregados da antiga empresa, os salários e direitos do contrato anterior serão mantidos. A contratante deve recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada; A contratada deve fornecer garantia de 4% do valor do contrato.
A Filiação sindical é livre, mas a Justiça trabalhista tem reconhecido a submissão do contrato de trabalho e acordos de convenções coletivas com o sindicato da atividade preponderante da contratante.	Os terceirizados poderão se associar em sindicatos diferentes das categorias previstas na atividade-fim da empresa contratante.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA SANCIONADO COM VETOS FAVORECE SETOR PRODUTIVO



Jeferson Furlan Nazário

Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist)

A Lei 13.146/15, conhecida como (Lei Brasileira da Inclusão de Pessoas com Deficiência) - Estatuto do Deficiente que tem o intuito de oferecer diversas garantias e direitos às pessoas nessas condições, acaba de ser sancionada pela presidente da República com alguns vetos importantes para o setor produtivo do país.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior solicitou veto aos dispositivos a seguir transcritos: Caput, incisos e § 4º do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterados pelo art. 101 do projeto de lei. “Art. 93. As empresas com 50 (cinquenta) ou mais empregados são obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na seguinte proporção:

I - de 50 (cinquenta) a 99 (noventa e nove) empregados, 1 (um) empregado;

II - de 100 (cem) a 200 (duzentos) empregados, 2% (dois por cento) do total de empregados;

Permitir que pessoas portadoras de necessidades especiais atuassem na atividade principal da empresa de segurança privada poderia acarretar prejuízos ao próprio trabalhador deficiente, que não se sentiria seguro para o exercício de suas funções, além de comprometer também a eficiência do grupo de colegas.

III - de 201 (duzentos e um) a 500 (quinhentos) empregados, 3% (três por cento) do total de empregados;

IV - de 501 (quinhentos e um) a 1.000 (mil) empregados, 4% (quatro por cento) do total de empregados;

V - mais de 1.000 (mil) empregados, 5% (cinco por cento) do total de empregados.”

“§ 4º O cumprimento da reserva de cargos nas empresas entre 50 (cinquenta) e 99 (noventa e nove) empregados passará a ser fiscalizado no prazo de 3 (três) anos.”

Razões dos vetos

“Apesar do mérito da proposta, a medida poderia gerar impacto relevante no setor produtivo, especialmente para empresas de mão-de-obra intensiva de pequeno e médio porte, acarretando dificuldades no seu cumprimento e aplicação de multas que podem inviabilizar empreendimentos de ampla relevância social.”

Com isso, as empresas com menos de 100 trabalhadores ficam isentas de manter, em seu quadro de funcionários, de 2% a 5% de profissionais com algum tipo de deficiência.

Sabemos que os vetos ainda serão apreciados pelo Congresso Nacional, mas já parabenizamos a decisão do Poder

Executivo, pois para atuar no setor, o profissional precisa fazer o curso de formação de vigilante. No entanto, a própria legislação do segmento estabelece que o candidato deve estar apto física e mentalmente para o exercício da profissão. Um dos requisitos previstos na Lei 7.102/83 que dispõe sobre a segurança privada, exige que o candidato seja aprovado em exames de saúde física, mental e psicológica para exercer a atividade profissional. Por ser um trabalho com alto índice de periculosidade, demandam audição, visão, mobilidades motoras e estabilidade mental para garantir a excelência do serviço prestado ao cliente.

É relevante registrar que as atribuições do vigilante exigem o treinamento e a habilitação para o manuseio e porte de arma de fogo em serviço, em vista de desempenhar atividades de potencial

risco, como segurança patrimonial, transporte de valores, segurança bancária, escolta armada, e segurança pessoal. Daí, permitir que pessoas portadoras de necessidades especiais atuem na atividade principal da empresa de segurança privada pode acarretar prejuízos ao próprio trabalhador deficiente, que não se sentirá seguro para o exercício de suas funções, além de comprometer também a eficiência do grupo de colegas com quem irá compartilhar as tarefas profissionais.

Além disso, a aplicação total da cota nas empresas de segurança resultaria num contingente muito elevado de pessoas com deficiência, e que, na prática, estariam sem condições de atender todos os requisitos objetivos que comprovam a aptidão profissional para este tipo de trabalho especializado, como determina a lei do setor.

Uma alternativa defendida pelo segmento para a questão enfrentada, é a alteração no art. 93 da Lei 8.231/91 que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social. Para as empresas que desenvolvam atividades de risco, como é o caso da segurança privada, o percentual das cotas seria aplicado somente sobre o número total dos empregados administrativos, permitindo que a lei seja cumprida sem oferecer risco ao trabalhador.

Assim como ocorre no ingresso de candidatos para a segurança pública, em que o cumprimento da lei de cotas nos concursos aplica-se somente ao pessoal de apoio administrativo, defendemos que a admissão de trabalhadores para o segmento da segurança privada seja observado os mesmos critérios para esse preenchimento de vagas.



RECONHECIMENTO!!!

Sua empresa não pode ficar de fora da 5ª Edição do Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores - Fenavist promoverá um grandioso evento para homenagear as empresas do setor, o V Prêmio Mérito em Serviços da Segurança Privada Nacional.

Como forma de reconhecimento a Fenavist outorgará o Prêmio nas categorias Diamante, Platina, Ouro, Prata, Bronze e Cristal, para as empresas que tenham completado no ano anterior à premiação 30, 25, 20, 15, 10 e 05 anos de atividade ininterruptas, respectivamente, e que atendam os requisitos do regulamento que pode ser acessado pelo site www.fenavist.com.br.

Para as Pessoas físicas de âmbito Nacional e Estadual, a denominação é Prêmio “Benemérito do Setor da Segurança Privada Nacional e Estadual” a eleger as personalidades que tenham prestado à categoria econômica representada pela Fenavist, relevantes e destacados serviços no meio do segmento, ou que tenham trabalhado na consolidação de ideias democráticas e no crescimento e expansão do setor.

Sabemos que atuar no mercado por tantos anos, no cenário vivido pelas Empresas de Segurança no Brasil é uma vitória e merece ser festejada e premiada.

Quem poderá participar?

Todas as empresas filiadas aos Sindicatos de Segurança Privada (Sindesp's), ou Associações e Sindicatos ligados à Fenavist que possuam mais de 05 anos de atividade ininterruptas, poderão participar do prêmio.

Qual o prêmio?

A premiação será um troféu (arte e designer realizado por um artista escolhido pela Fenavist), simbolizando a categoria da sua empresa: Diamante, Platina, Ouro, Prata, Bronze ou Cristal.

O Prêmio será anunciado nacionalmente em todos os meios de comunicação da entidade (Revista Fenavist, releases, jornais, mídias sociais, etc.), divulgando a importância dos serviços prestados pela sua empresa.

Quando será, onde?

O Prêmio será realizado em Brasília-DF, no dia 25 de novembro de 2015.



***Deixe sua marca gravada
na história do mercado.
PARTICIPE!***



**SUA EMPRESA MERECE SER
RECONHECIDA **NACIONALMENTE!****





O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal - SINDESP/DF foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho através da Carta Sindical expedida em 22 de junho de 1988. Situado ao SAAN - Quadra 03 - N° 1300 - Brasília-D. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, com abrangência em toda a base territorial do Distrito Federal, sendo constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica na base territorial do Distrito Federal, conforme estabelece a legislação pertinente, e como órgão de colaboração com os poderes públicos e os demais, no sentido da solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais.



SINDESP-DF: carro-chefe da Segurança Privada Brasileira

No centro político do país, SINDESP-DF representa o mercado mais afetado por qualquer alteração no cotidiano da Segurança Privada

O mercado de segurança privada do Distrito Federal vem passando por momentos críticos desde o segundo semestre de 2014, quando empresas começaram a amargar a falta de pagamento dos seus serviços por parte dos Governos Federal e Estadual. Atualmente, meio do ano de 2015, algumas empresas chegam a ter 54 milhões de reais para receber. Essas dificuldades econômicas causaram atrasos nos pagamentos e a negociação da convenção coletiva da categoria só foi concluída depois de três meses!

Os Governos têm exigido que as empresas de segurança concedam descontos de 20% nos contratos de vigilância. “Podemos negociar os serviços que ainda serão prestados, mas não há como conceder descontos sobre o que já foi feito. Muitos contratos iniciaram com os salários dos vigilantes em R\$ 1.380,00, mas já estão recebendo mais de R\$ 2 mil! Não há como diminuir o valor do que temos a receber! Aliás, temos que atualizar esses montantes, uma vez que somos obrigados a pagar mais para a nossa mão-de-obra”, desabafa Irenaldo Pereira Lima, Presidente do SINDESP-DF.

“O Governo, além de criar inúmeros entraves à prestação de serviços, como tributação excessiva, e todos os obstáculos ao empreendedorismo, não cumpre com os compromissos já assumidos como os pagamentos do nosso trabalho. Como cumprir nossa responsabilidade social de manter empregos e famílias inteiras?”, pergunta-se o Presidente. “O Governo precisa começar a entender melhor o empresariado, inclusive como parte indissociável da sociedade que ele deve defender”.



Irenaldo Pereira Lima, Presidente do SINDESP-DF.

Com 27 anos de atuação e 27 empresas associadas, o SINDESP-DF toma para si a missão de ser o interlocutor do mercado, tanto com o Governo quanto com a sociedade. É através do sindicato que melhorias podem ser buscadas e alcançadas. “Os empresários e empresas não devem se expor individualmente, o Sindicato é a melhor figura para reivindicar melhorias, sempre seguindo as orientações da nossa federação, a FENAVIST”, considera Irenaldo.

E as oportunidades de melhoria são inúmeras. Além da atuação de empresas “clandestinas”, sem autorização da Polícia Federal, que empregam irregularmente pessoas sem qualificação ou com condições precárias de trabalho, um dos principais problemas enfrentados é a prática de preços inexequíveis. Ou seja, empresas com autorização de funcionamento que cobram valores abaixo do total de custos para executarem os serviços de vigilância. Essas empresas, além de pagar salários menores, sonegam impostos e impingem condições muitas vezes subumanas a seus empregados; levando ao descrédito de todo o mercado.

Essas e outras dificuldades só podem ser enfrentadas com instituições fortes como Sindicatos e a Federação. “O SINDESP-DF acompanha e apoia o trabalho da federação, aceitando suas diretrizes e alinhando nossos discursos e planos de ação, como a Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina”, enfatiza Irenaldo.

Também conhecido como “Índio”, o presidente do SINDESP-DF e Vice-Presidente do Grupo Soberana, tem planos de adquirir uma sede própria para o Sindicato e aumentar o leque de serviços e benefícios a seus associados, além de aumentar a assistência social a entidades benfeitoras. “Tenho um carinho especial pela Diretoria Social, cargo que também ocupei, que atende entidades assistencialistas e promove campanhas como a do Agasalho e a em prol de deficientes físicos. Por isso, incentivo a atuação do SINDESP-DF nessas áreas”.

Atuação:

- * O SINDESP/DF disponibiliza para seus associados diversos serviços, dentre os quais podemos destacar:
- * Proteção e representação legal junto às autoridades dos Três Poderes;
- * Negociações e celebração de Convenções Coletivas de Trabalho com Sindesy;
- * Colaboração com as autoridades federais, estaduais e municipais no estudo e na apresentação de soluções de problemas;
- * Constantes informações sobre a legislação relacionada ao segmento econômico;
- * Consultorias Jurídica, Administrativa e em Licitações (gratuitas);
- * Ações ajuizadas pelo SINDESP/DF com vistas à recuperação de diversos tributos (ISS, COFINS, PIS, etc.);
- * Cursos e eventos para os profissionais das empresas associadas;
- * Disponibilização dos dados da empresa no site do SINDESP/DF;
- * Clipping diário digital contendo notícias de interesse do segmento, tanto no âmbito administrativo como econômico, dentre outros;
- * Disponibilidade da infraestrutura da Entidade (sala de reunião, auditório com data show, acesso à Internet, etc.), de forma gratuita exclusivamente para os associados em dias úteis e em horário comercial.

GEASSEG

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

Responsáveis pelo dia-a-dia dos sindicatos, já que oferecem suporte em toda a parte administrativa e logística, como braço direito dos presidentes e diretores das entidades, os executivos dos sindicatos a cada dia que passa ganham maior importância. Nesse cenário, a troca de informações e difusão de métodos e estratégias que colaboram com o desenvolvimento, fortalecimento e a profissionalização da atividade sindical se tornam imprescindíveis. Com essa preocupação, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e a Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) promovem duas vezes ao ano o encontro do Grupo de Executivos dos Sindicatos das Empresas de Asseio e Segurança (Geasseg).

História

No ano de 1994, com a Portaria nº 12/94, da FENAVIST, foi nomeado um “Grupo de Trabalho” composto na época por 04 executivos dos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Bahia e Pará, criado como instrumento de incentivo à promoção de qualificação profissional, e integração dos colaboradores (executivos) que dão o suporte operacional e logístico, aos sindicatos associados à FENAVIST, desde que, até essa data as entidades representativas patronais nos Estados eram geridas por pessoas que possuíam apenas, além da capacidade profissional, boa vontade e dedicação às entidades, pois nunca existiu em nosso País, nenhum curso de formação nem especialização para executivos de entidades sindicais.

Os profissionais eram contratados e aprendiam com a experiência do dia-a-dia os trabalhos a serem executados, encontrando dessa forma muitas dificuldades, por não conhecerem os meandros e leis que gravitam em torno das entidades sindicais, além de suas relações com órgãos fiscalizadores e reguladores.

Já nos dias 11 e 12.08.1994 foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Diretores Executivos de Sindicatos de Segurança Privada – I ENDESP, na sede da FENAVIST em Brasília, com a presença de executivos dos Estados de São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Pará



BRASÍLIA, 07 DE MAIO DE 1997



PLANEX
ANÁPOLIS - GOIÁS / 2000

e Goiás. Nesse evento saiu a publicação da “Carta de Brasília” que se tornou a primeira carta de compromisso dos executivos de sindicatos de segurança do Brasil.

Durante três anos, o grupo trabalhou no que tinha ficado definido na Carta de Brasília e como consequência do surgimento de novos sindicatos, o grupo cresceu e no dia 07 de maio de 1997, na sede da FENAVIST, em Brasília, mais um encon-

tro foi realizado. Desta vez o grupo conta com a presença dos executivos de Asseio e Conservação, de entidades ligadas à FENAVIST e FEBRAC, com a presença de 14 representantes, o atual Grupo de Executivos dos Sindicatos de Asseio e Segurança – GEASSEG. Neste primeiro evento com os dois setores, se contou com uma exposição ministrada pelo então presidente da Fenavist, Sr. Lélvio Vieira Carneiro sobre “Estrutura Sindical e Representação Classista” e entre outros temas abordou-se:

- Registro e regularização dos sindicatos da categoria no Ministério do Trabalho;
- Registro na Confederação Nacional do Comércio – CNC;
- Participação de representantes dos sindicatos filiados nos Conselhos Regionais do Sesc e Senac;
- Obtenção do Código Sindical junto à Caixa Econômica Federal;
- Uniformização das siglas dos sindicatos, vinculando-os ao Sistema Fenavist;
- Contribuições confederativa e sindical;
- Troca de experiências sobre funcionamento, organização e administração dos sindicatos;
- Prestação de serviços aos associados como forma de manter boa arrecadação.

O segundo encontro dos executivos, foi intitulado de “Planix – Planejamento Executivo do Setor de Serviços” e ocorreu nos dias 14 a 16 de junho de 2000, na Estância Park Hotel, em Anápolis/GO. Foram distribuídas tarefas para desenvolvimento do Pré-Projeto Estratégico da “Proposta de Padronização das Receitas Sindicais”.

Durante a permanência do grupo nesse encontro e sob a batuta do facilitador/consultor Sávio Palazzo, os executivos focaram em diversos temas como:

- Princípios e Processos de Comunicação;
- Planejamento Estratégico de Asseio, Conservação e Segurança;
- Fatores Críticos de Sucesso – FCS (em ordem decrescente de importância relativa);
- Grupos de Projeto.



Desenvolvimento

Desde o encontro embrionário que aconteceu em Brasília, em 1997, com os executivos das duas entidades, o grupo teve vários nomes antes de consolidar o atual. Planix, em 2000; Geacex, em 2002; e o atual GEASSEG, grupo que se fortaleceu e realizou sua XXVII edição de sua reunião nos dias 16 a 18 de março de 2015, no Guarujá, São Paulo.

“O Grupo tem demonstrado significativos avanços nas metas traçadas, tudo visando seguir as regras estatutárias vigentes do Geasseg. Tem aprimorado as relações interpessoais e profissionais dos seus componentes, pela efetiva troca de experiências e informações. Hoje presta importante colaboração para o crescimento das nossas entidades sindicais, não só dos sindicatos, mas também de nossas Federações”, comenta a Superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga.

O importante desses encontros, pelo que se tem observado, é que as discussões não ficam restritas ao aprimoramento profissional dos executivos. Elas avançam também no sentido de aumentar a capacidade gestora da prestação de serviços por parte das entidades sindicais e de atrair novas empresas para o quadro de associados, gerando aumento da receita dos sindicatos e mesmo das Federações a que estão filiados, fortalecendo, de forma marcante, os segmentos de asseio, conservação e da segurança privada como um todo. Isso merece uma reflexão especial da classe empresarial, notadamente daqueles detentores de lideranças mais expressivas dentro das respectivas diretorias dos sindicatos, da Febrac e da Fenavist.

A integração entre os executivos alcançada ao longo do tempo, não funciona somente nos encontros. Durante todo o ano, ocorre uma troca de correspondências e experiências, onde assuntos de interesse geral no País são divulgados para todas as entidades, através de seus executivos. Isso tem trazido um benefício muito grande para as entidades, pois os executivos dos sindicatos podem subsidiar seus dirigentes com informações de forma mais rápida e eficiente.

Apesar de ter como objetivos principais, a integração e a capacitação dos executivos, o grupo já produziu alguns trabalhos a exemplo de: Manual de Normas e Procedimentos dos Sindicatos (distribuído para todos os sindicatos de asseio e segurança do País tem grande importância para todos, principalmente para aquelas novas entidades que estão se estruturando, apresentando as regras, modelos, necessidades e obrigações de uma entidade sindical); e Cartilha do Tomador de Serviço.





São Paulo - 2003



Minas Gerais - 2005



Rio Grande do Sul - 2006



Bahia - 2007



Goiás - 2007



Santa Catarina - 2008



Amazonas - 2008



São Paulo - 2009



Brasília - 2009



Brasília - 2010



Pantanal - 2011



Sergipe - 2012

FENAVIST GEASSEG



Minas Gerais 2012



Mato Grosso do Sul 2013



Rio de Janeiro 2013



Goiás 2014



Pernambuco 2014



São Paulo 2015

Fenavist e Febrac realizam o I Encontro de Comunicadores do setor de Asseio e Segurança Privada Nacional

O encontro busca unificar e fortalecer a comunicação do setor de serviços.

No dia 20 de maio, aconteceu o I Encontro de Comunicadores da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) em conjunto com a Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac). O evento contou com a abertura do Presidente da Febrac, Edgar Segato Neto e com a presença de jornalistas e assessores de comunicação dos sindicatos e empresas associadas às Federações.

O principal objetivo do encontro foi discutir estratégias de fortalecimento das relações com os assessores de comunicação, na busca por integração, parcerias e ações conjuntas.

O primeiro painel contou com apresentação da Assessoria de Comunicação das Federações, Rafaela Barbosa (FENAVIST) e Josiane Ebani (FEBRAC), que expuseram os principais produtos das entidades e temas que necessitam ser trabalhados para o fortalecimento da comunicação.

Em seguida foi realizada a palestra da Proativa Comunicações, que presta assessoria de imprensa externa às entidades. Durante sua apresentação foi abordado o papel do assessor de imprensa, os desafios e as oportunidades na comunicação.

À tarde, foram apresentados um case do Seac e Sindesp/PR sobre o programa “TerceirizAÇÃO”, exibido todos



os sábados na Tv Band Curitiba, realizado em parceria com o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Paraná (Seac-PR), Sindicato dos Empregados de Asseio e Conservação de Curitiba (Siemaco) e Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná Sindesp/PR).

O programa TerceirizAÇÃO traz ao público um novo olhar sobre os serviços terceirizados e sobretudo, sobre os seus profissionais. Bem como, a discussão sobre a importância da qualificação do trabalhador terceirizado, que independentemente da área em que atua, precisa estar atualizado e qualificado.

Na sequência foi ministrada palestra do programador visual da assessoria

de comunicação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC), Marcelo Vital, que trouxe alguns produtos oferecidos aos sindicatos (sites/treinamentos/ mídias sociais) e falou da importância do uso de novas tecnologias na comunicação.

A ideia inicial é poder debater os principais pontos de melhoria dos setores a fim de permitir que após um curto período de tempo seja possível sair dos mesmos com metas e ações claras e objetivas. “Apesar das particularidades de cada entidade, há necessidades comuns a todas, e com a integração da comunicação o mercado de asseio e segurança privada sairão fortalecidos e todos serão beneficiados”, assegura o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário.

I Workshop de Negociação Coletiva CNC



Um novo cenário trabalhista requer melhor preparação para a negociação coletiva. Foi com esse pensamento que José Roberto Tadros, vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e presidente da Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC), iniciou, em 13 de março, o I Workshop de Negociação Coletiva da CNC, realizado pela Confederação em parceria com a Fecomércio-SP. Representando a FENAVIST, os diretores Ricardo Roland e Aldair Neves Pinto Junior também participaram do evento.

“O empresariado começou a perceber que estava na retaguarda das negociações. É uma responsabilidade que pesa nos ombros do sindicalismo patronal, e, por isso, inauguramos a CNCC, com a finalidade de respaldar o empresariado na defesa resoluta, equilibrada e absolutamente coerente dos seus interesses e na conciliação entre o capital e o trabalho. Sem capital não existe trabalho”, disse

Tadros. Também participaram da mesa de abertura o secretário-geral da Confederação, Marcos Arzua, o consultor Sindical da Presidência da Confederação, Renato Rodrigues, a coordenadora da CNCC e chefe da Divisão Sindical, Patrícia Duque, e o vice-presidente da Fecomércio-SP, Ivo Dall’Acqua Jr.

A parte da manhã contou com palestras do professor Hélio Zylberstajn (Departamento de Economia da FEA/USP) e de

Osmani Teixeira (advogado e membro do Conselho Temático de Relações de Trabalho da CNI). Ainda pela manhã, foi apresentado o Sistema de Negociação Coletiva do Comércio (SNCC), software que está sendo desenvolvido para gerenciar o banco de dados dos acordos e convenções coletivas de trabalho no âmbito do comércio de bens, serviços e turismo.

Na parte da tarde, foram apresentados



cases de negociação por algumas federações, com mediação do professor Eugenio do Carvalho (consultor Organizacional e de Negociação e instrutor de Programas de Treinamento e Desenvolvimento).

A Divisão Sindical da CNC apresentou o Sistema de Negociação Coletiva do Comércio (SNCC) aos participantes do Workshop de Negociação Coletiva, promovido pela Confederação em parceria com a Fecomércio-SP.

A chefe da Divisão Sindical e coordenadora da Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC), Patrícia Duque, afirmou que o sistema é uma ferramenta que visa fornecer instrumentos de pesquisa para auxiliar nas negociações coletivas. Patrícia também frisou que esta foi uma demanda que surgiu dos próprios negociadores em reuniões da CNCC. “Debatemos muito isso em todas as nossas reuniões e a construção desse sistema facilitará o trabalho das negociações”, afirmou.

Segundo o advogado da Divisão Sindical da CNC Roberto Lopes a entrega deste sistema é a concretização de um projeto que se iniciou na CNCC e que compilou mais de oito mil cláusulas de negociação coletiva. Uma das formas de acessar será através do site da CNC.

O analista de sistemas da Gerência de Tecnologia da Informação da CNC Yuri Cavalcante apresentou o novo sistema aos presentes, mostrando as suas diversas funcionalidades, como a pesquisa de cláusulas e negociações por estado ou por área de atividade. O SNCC ainda permite gerar relatórios e indicadores. “O sistema também acompanha a evolução das negociações coletivas, com um histórico, podendo verificar o que foi modificado ao longo dos anos”, complementou.



Comércio, Serviços e Empreendedorismo ganham Frente Parlamentar

Presidente da FRENTE

Em uma solenidade realizada, em Brasília, foi lançada em 28 de abril, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo. O evento contou com a participação de representantes do setor produtivo de todo o País. O deputado federal e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Laércio Oliveira, é também vice-presidente institucional da Frente.

O lançamento fez parte do Encontro Político-Empresarial Ranking Abras 2015, realizado todos os anos pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), em parceria com a União Nacional das Entidades de Comércio (Unecs). Também foi apresentada a Pesquisa Ranking Abras/SuperHiper 2015, o mais completo estudo sobre o setor no País e referência internacional do varejo.

“É uma frente muito importante, porque reúne o setor terciário. Nós temos uma oportunidade muito grande, junto com parlamentares que entendem o funcionamento do setor produtivo, de trazer para essa casa diálogos de alto nível, visando o fortalecimento da atividade que mais emprega no Brasil. E assim contribuir para um País melhor, com mais produtividade e competitividade”, informou Laércio.

A Frente Parlamentar vai tratar dos assuntos concernentes ao setor, que representa 67,4% do PIB nacional e mais de



Laércio Oliveira assumiu a vice-presidência institucional da Frente Parlamentar

70% dos empregos formais. “A nova Frente Parlamentar pretende colocar o Congresso Nacional em uma posição proativa na formulação de diretrizes que apoiem o setor, defendendo temas como simplificação da carga tributária, empreendedorismo, desburocratização, regulação dos meios de pagamento, estímulo à qualificação profissional, entre outros”, disse Laércio Oliveira, acrescentando que o setor é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do Brasil. “E merece receber uma atenção especial, já que pode contribuir para uma maior geração de emprego e renda em todas as regiões”.

Formada com apoio da Abras e da Unecs, a nova Frente nasceu com o apoio de quase 270 deputados federais e mais de 30 senadores. O grupo também atuará no estímulo à qualificação profissional, estabelecimento de acordos bilaterais de comércio e ao fomento do consu-

mo, por meio do mercado de capitais.

A Unecs é formada pela União de sete grandes entidades: Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), Associação Nacional de Materiais de Construção (Anamaco), Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Essas entidades juntas somam faturamento de R\$ 837,7 bilhões, com geração de 9,91 milhões de empregos no País (20,3% dos empregos formais). Além disso, a Unecs é responsável por 73,7% das vendas de alimentos e bebidas no País, e responde por 64,9% das operações de crédito e débito.

Manaus sediará próxima Reunião da Diretoria e AGE da Fenavist

A cidade de Manaus (AM) será a sede da 7ª Reunião da Diretoria e da 5ª Assembleia Geral Extraordinária da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores-Fenavist. O encontro está marcado para o dia 31 de julho e receberá empresários de vários estados brasileiros.

O evento objetiva apresentar e discutir as principais ações executadas pela entidade. Entre os assuntos abordados, estão os projetos em andamento do setor, Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional, o lançamento da Campanha Nacional contra a clandestinidade e acompanhamento dos Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional de interesse do setor.

Conheça o Amazonas (AM).

A riqueza da cultura amazonense é reconhecida internacionalmente, atraindo olhares de todos os cantos do mundo. A influência dos povos indígenas está presente na música regional, nas artes plásticas, artesanato e manifestações folclóricas, além da influência da música erudita.

No Amazonas o ano inteiro é marcado por festivais como: Carnaboi, Boi Manaus, Festival Folclórico do Amazonas, Festival de Cirandas, Festival da Canção de Itacoatiara, Festival Internacional do Jazz e o Boi-Bumbá de Parintins, que já conquistou prestígio internacional, muito bem representado nos festivais de Ópera, que ocorre todo mês de abril/maio de cada ano.

A culinária típica amazonense é a base de peixes e frutas, a maioria dos pratos é saudável e leve, os caldos de peixe são destaque em restaurantes populares e refinados. Jaraqui, pirarucu, tambaqui, pacu e matrinxã, peixes com sabores inigualáveis que podem ser servidos na caldeirada, assado ou frito. O pirarucu é um dos maiores peixes de água doce do mundo, pode crescer até três metros de comprimento e pesar cerca de 250 kg.

Existem também as iguarias com fama mundial, como: açaí, cupuaçu e o guaraná, frutas com alto poder energético.

Restaurantes

A capital possui restaurantes sob o comando de chefes famosos nacionalmente.

Os ingredientes típicos ganham versões refinadas nos restaurantes renomados da cidade, e nos tradicionais é possível experimentar os temperos caseiros e receitas de famílias. Além da gastronomia regional, o turista encontra na capital Manaus, restaurantes da cozinha nacional e internacional.

Acesse o site da Associação Brasileira de Restaurantes – AM para mais informações: www.abraselam.com.br

Pesca Esportiva

O Amazonas tem os melhores locais para você realizar a pescaria perfeita. São inúmeros rios que abrigam a grande diversidade de peixes, entre eles o tucunaré, símbolo da pesca esportiva no Brasil. Predador por excelência, sua voracidade é tamanha que ele é capaz de atacar anzóis mesmo sem isca. Além do tucunaré, a pesca esportiva também contempla os grandes bagres ou catfish, como são conhecidos mundialmente: Jaú, Pirarara, Surubim, Caparari, Barbado, Dourado e Piraíba. Por se tratar de peixes migratórios em sua maioria, a pesca esportiva pode ser praticada durante o ano todo.

Como se faz uma Lei



Cléria Santos

Consultora Parlamentar da FENAVIST



O grande desafio para o cidadão comum, ou até mesmo para os novos legisladores, é conhecer o processo legislativo desde a iniciativa de um projeto de lei até a sanção presidencial da lei propriamente dita.

A tramitação de uma proposição, iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, de iniciativa de parlamentares ou de outros poderes, pode levar anos, ou, simplesmente pode ser aprovada em ambas as Casas em um curto espaço de tempo. Por quê? Quais os passos? Como se tramita um projeto de lei?

Objetivando esclarecer e simplificar o processo de compreensão, tentaremos mostrar através deste artigo, quais os caminhos a serem percorridos desde a apresentação de um projeto de lei ou de outras proposições como: Proposta de Emenda Constitucional; Projeto de Lei Complementar; Pro-

jeto de Decreto Legislativo; até a conclusão nas duas Casas do Congresso Nacional e envio à sanção presidencial.

Neste caso, vamos tratar das proposições iniciadas na Câmara dos Deputados.

Projetos de lei e outras proposições: Os projetos de lei, em geral ordinárias, aprovados por maioria simples, podem ser de iniciativa de qualquer deputado, comissão da Casa, Mesa Diretora, do Presidente da República ou de cidadãos, são os chamados de iniciativa popular, com assinaturas de um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados da federação, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles, conforme disposto na Constituição Federal. Também o Supremo Tribunal Federal e os tribunais superiores podem apresentar projetos sobre matérias de interesse institucional do Poder Judiciário, como o Estatuto da Ma-

gistratura, alteração do número de membros dos tribunais inferiores, mudanças na organização judiciária. Também o procurador-geral da República pode apresentar projetos de lei sobre organização, atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União, bem como sobre criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares.

Os Projetos de resolução, de decreto legislativo, emendas, indicações, requerimentos, recursos, pareceres e propostas de fiscalização e controle têm sua iniciativa reservada a deputados, comissões técnicas e à Mesa.

As Propostas de Emenda à Constituição Federal possuem um rito especial e só podem ser apresentadas por um terço do total de deputados, ou seja, 171 assinaturas. Também podem ser apresentadas pelo Presidente da República.

Em qualquer dos casos, a aprovação de uma PEC exigirá quorum qualificado de 308 votos favoráveis na Câmara em dois turnos de votação. O mesmo processo ocorrerá no Senado Federal, em que serão necessários 49 votos favoráveis, também em dois turnos de votação, antes da sua promulgação pelo Congresso Nacional.

Ao Presidente da República cabe encaminhar proposições de leis que versem matéria de sua exclusiva competência, como por exemplo, as que visem a fixar ou modificar os efetivos das Forças Armadas ou dispor sobre: criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e de pessoal da administração dos Territórios; servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, dentre outros, conforme determina o art. 61 § 1º da Constituição Federal.

Tramitação conjunta de proposições: As proposições tramitarão em conjunto, quando tratarem de matéria idêntica ou correlata, caso em que a Mesa da Câmara determinará a apensação dessas proposições, que passam a tramitar em um único processo. A proposição oriunda do Senado Federal tem precedência sobre a da Câmara e a mais antiga sobre a mais recente.

Matéria em regime de urgência: Havendo Requerimento de Urgência, assinado pela maioria absoluta dos deputados (257), ou de Líderes que os represente, e aprovado pela maioria absoluta do Plenário, a proposta poderá ser incluída imediatamente na Ordem do Dia para discussão e votação, dispensada os trâmites normais a que estaria sujeita. Se aprovada, será imediatamente encaminhada ao

Senado Federal.

Da tramitação: As proposições iniciadas na Câmara dos Deputados são distribuídas pela Mesa da Câmara às Comissões Permanentes por área temática na seguinte ordem: às comissões competentes para se pronunciarem sobre o mérito, sendo no máximo três (Se uma proposição envolver matéria de competência de mais de três comissões de mérito, será instalada Comissão Especial exclusiva para dar parecer sobre ela); à Comissão de Finanças e Tributação, quando estiverem envolvidos aspectos financeiros e orçamentários públicos; à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em qualquer caso, para o exame de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como para a adequação da redação, quando necessário.

A proposição aprovada nas comissões temáticas da Câmara, que tiverem a sua tramitação em regime terminativo nas comissões, será dispensada a aprovação pelo Plenário da Câmara e seguirá imediatamente para a apreciação do Senado Federal, como Casa Revisora, salvo os casos em que haja recurso assinado por um décimo de deputados contra a decisão terminativa das comissões. Neste caso, sendo aprovado o Recurso pelo Plenário, o projeto terá que ser apreciado pelo Plenário da Câmara.

Tendo sido aprovado na Câmara, o Projeto de Lei ordinária, por maioria simples, Projeto de Lei Complementar, por maioria absoluta; ou Proposta de Emenda Constitucional, por maioria de três quintos, será encaminhado ao Senado Federal para tramitar, da mesma forma, pelas comissões temáticas ou pelo Plenário do Senado, quando for o caso.

Se, ao final, o Senado alterar projeto de lei da Câmara, as alterações serão encaminhadas de volta à Câmara para a apreciação dessas alterações, caso em que a Câmara aprovará ou não as alterações propostas pelo Senado.

Se aprovadas, constituirão o texto da proposta, caso contrário, prevalecerá o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Aprovado o projeto, a Casa na qual tenha sido concluída a sua votação enviará ao Presidente da República para a sanção presidencial, o que terá que ocorrer em até 15 dias úteis da data do recebimento pelo outro Poder. O veto poderá ser parcial, abrangendo artigo, parágrafo, inciso ou alínea, ou total. Havendo veto ao projeto, o mesmo será submetido à apreciação do Congresso Nacional, em sessão conjunta, dentro de trinta dias, sob pena de trancamento da pauta, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores. Sancionada a lei, a mesma será publicada no Diário Oficial da União.

EMPRESA SÓ RESPONDE POR ACIDENTE RELACIONADO A ATIVIDADE PROFISSIONAL

A empresa só pode ser responsabilizada pelo acidente de trabalho que ocorra em razão da atividade profissional. O argumento é da 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao negar, de maneira unânime, o pagamento de indenização por danos morais e estéticos a um porteiro que se acidentou durante seu horário de jantar.

O porteiro trabalhava em uma empresa de transportes e deixou o posto para jantar de moto em uma vila próxima. O funcionário fazia o percurso diariamente, mas nesse dia foi atingido por um caminhão que vinha na contramão. O autor da ação perdeu dois dedos e parte do tecido da perna, o que originou uma cicatriz.

Na reclamação trabalhista, o porteiro pedia R\$ 390 mil de indenização por danos morais e estéticos. O empregado alegava que o acidente só ocorreu porque ele não recebia vale-transporte e por isso precisava se locomover de moto até a vila onde fazia sua refeição.

A empresa negou a alegação do porteiro e reafirmou que fornecia vale-transporte e auxílio-alimentação. Citou, ainda, que no dia do acidente havia uma festa popular na vila, e o porteiro, junto com três colegas, saiu sem comunicar a empresa.

Os pedidos do funcionário foram negados em primeira e segunda instância, que concluíram que o acidente não pode ser relacionado à conduta da empresa. Além disso, como havia estabelecimentos no local que forneciam refeição, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) concluiu que o trabalhador optou por ir até a vila.

No TST o relator do caso, ministro Vieira de Mello Filho, reafirmou as decisões anteriores. Com base na descrição do TRT-8, o relator verificou que o trabalhador não foi colocado em risco por determinação da empresa, não utilizava a moto a serviço dela, nem havia necessidade de fazer a refeição longe do local de trabalho que impusesse esse meio de locomoção.

“Não se pode exigir que a empresa adotasse conduta supostamente capaz de evitar ou minorar o dano do trabalhador, quando não tinha tal dever”, afirmou Vieira de Mello Filho. Após a publicação do acórdão, o porteiro interpôs embargos à Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), ainda não examinados.

Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.



ORIENTAÇÕES AOS GESTORES SOBRE OS VALORES LIMITES DE VIGILÂNCIA ESTABELECIDOS PELO MPOG

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), em atendimento ao disposto no Acórdão nº 1.328/2015 - TCU-Plenário, proferido na sessão ordinária de 3 de junho de 2015, orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG o disposto a seguir:

Os valores limites máximos e mínimos divulgados pela SLTI, para a contratação dos serviços de vigilância e limpeza, visam garantir a exequibilidade da contratação, de modo que as propostas ofertadas que estejam próximas ou inferiores ao mínimo deverão ser submetidas a análise e comprovação da sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 29, da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, e em atenção ao art. 6º da Portaria nº 7, de abril de 2015.

Com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de composição dos valores limites para os serviços de vigilância divulgados no Portal de Compras Governamentais, esta Secretaria, solicita aos órgãos integrantes do SISG, que nas licitações homologadas que possuam propostas com valores acima dos estipulados no “cenário máximo”, ou com valores situados abaixo dos previstos no “cenário de atenção”, informem a situação à SLTI-MP por intermédio do email, (delog@planejamento.gov.br) contendo pelo menos os seguintes dados da licitação: UASG, número do pregão, Município/UF, Tipo de posto/escala, valor homologado e valor limite (SLTI).

Excerto do Acórdão contendo a recomendação:



ACÓRDÃO nº 1.328/2015 - TCU - Plenário

1.7. Recomendar à SLTI/MP, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, que oriente os órgãos e entidades integrantes do Sisg:

1.7.1. Quanto à obrigatoriedade de se atentar para o disposto no art. 7º da Portaria SLTI/MP 20/2014, e portarias semelhantes para outros estados da federação, quanto ao exame de exequibilidade das propostas quando essas apresentarem valores próximos ou inferiores ao mínimo fixado nas portarias referenciadas;

1.7.2. Para que ao admitirem nas licitações que promoverem propostas com valores acima dos estipulados no “cenário máximo”, considerando, assim, que estejam dentro da média de mercado, e, ao considerarem exequíveis propostas com valores situados abaixo dos previstos no “cenário de atenção”, informem à SLTI/MP do fato, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de composição dos limites de preços de serviços de vigilância estabelecidos nas portarias expedidas para regulamentação do art. 54 da Instrução Normativa SLTI/MP 2/2008, em consonância com a previsão do art. 5º, § 2º, do Decreto 1.094/1994;

O Acórdão supracitado pode ser acessado na íntegra aqui: <file:///C:/Users/fen06/Downloads/AcrdoTCU.pdf>

Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Descumprir critérios de estágio resulta em relação de emprego

O descumprimento das regras da Lei 11.788/2008, que regulamenta o estágio, leva ao reconhecimento do vínculo de emprego do estagiário com a empresa. Com esse entendimento, o juiz Ivo Roberto Santarém Teles, da 23ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, reconheceu o vínculo de emprego de um fiscal de obras contratado como estagiário por uma construtora. A empresa foi condenada a anotar a carteira de trabalho do autor da ação e a pagar todas as verbas trabalhistas decorrentes.

Ao analisar o processo, o julgador observou que não há registros de matrícula e frequência regular do suposto estagiário no curso. De acordo com o processo, também não foi veri-

ficado o acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. Esse tipo de monitoramento pode ser constatado por vistos em relatórios e por menção de aprovação final.

Em sua sentença, o juiz explicou que o interesse do empregador na relação de emprego é pela força de trabalho do contratado e que no contrato de estágio o objetivo é o ato educativo escolar supervisionado. Segundo ele, a função principal do estágio não é a produção, mas a preparação do estagiário para o futuro exercício da função profissional.

Fonte: Revista Consultor Jurídico

Proposta cria seguro para pagamento de direitos trabalhistas

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7/15, do deputado Ricardo Barros (PP-PR), que cria um seguro obrigatório para garantia de pagamento de direitos trabalhistas. A proposta modifica o Decreto-Lei 73/66, que regula o setor de seguros e cria diversos seguros obrigatórios, como para viagens aéreas e construções de imóveis.

Pela proposta, esse seguro cobriria as despesas de empresas com o pagamento de indenizações relativas a direitos trabalhistas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado. O seguro não cobriria acordos e outras decisões extrajudiciais.

Para Barros, essa seria também uma maneira de desestimular os acordos na esfera trabalhista, que acabam forçando empresas a pagarem para se verem livres de processos trabalhistas indevidos, porque continuar a ação é às vezes mais caro. “Ganhariam as empresas pela possibilidade que teriam de concentrar seus esforços em suas atividades-fim. Por sua vez, ficariam os empregados também mais garantidos quanto aos direitos trabalhistas que, eventualmente, tivessem que questionar na esfera judicial”, destaca.

Tramitação

A proposta será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: ‘Agência Câmara Notícias’



Ricardo Barros quer proteger as empresas de processos trabalhistas indevidos

Rigor excessivo do empregador pode causar rescisão indireta

Depois de mais de 26 anos de serviços prestados à Auto Viação V. C. Ltda., um motorista de ônibus passou a ser tratado com rigor excessivo em represália ao ajuizamento de ação trabalhista, sendo-lhe aplicadas suspensões por “questões banais e corriqueiras”. Por essa razão, a 10ª Turma do TRT/RJ confirmou a rescisão indireta do contrato de trabalho e a anulação das punições, além de manter a condenação da empresa à indenização de R\$ 8 mil por dano moral. Ao acompanhar, por unanimidade, o acórdão relatado pela desembargadora Rosana Salim Villela Travesedo, o colegiado ratificou a sentença, de 1º grau, do juiz Titular da 59ª Vara do Trabalho da Capital, George Luis Leitão Nunes.

A rescisão indireta do contrato de trabalho, prevista no art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pode ser requerida pelo trabalhador quando há descumprimento de obrigações básicas por culpa do empregador. Nessa condição, o empregado tem direito a receber as verbas rescisórias semelhantes àquelas resultantes da injusta dispensa.

Contratado em 1986 como manobreiro, o trabalhador, ao longo de mais de 26 anos, foi diversas vezes indicado pela empresa para premiações pela esportiva direção na condução dos veículos, de acordo com os documentos juntados aos autos. O rigor excessivo, que culminou com três suspensões, começou depois que o empregado ingressou com ação trabalhista na qual pleiteava, entre outras verbas, o pagamento de horas extras,

intervalos suprimidos e trabalho nos dias de folgas.

Na sentença, o juiz George Leitão Nunes considerou excessivas as punições aplicadas pela ausência do trabalhador em reuniões na empresa. “Constata-se que o empregador marcava reuniões para os seus empregados fora da jornada de trabalho contratual, fazendo com que, após uma cansativa e longa prestação de serviço na condução do veículo de passageiros, ainda tivessem que se deslocar até a garagem da empresa para participar de reuniões de interesse nítido do empregador, como economizar combustível e evitar problemas no trânsito. Além do mais, marcar uma reunião para 16h, quando o autor somente terminava sua última viagem, em Miguel Couto, por volta das 15h50h, com deslocamento de 25 a 30 minutos para chegar à garagem, local da reunião, é totalmente impraticável e demonstra total falta de administração do tempo pela empresa e desprezo pela pessoa do seu funcionário”, assinalou o magistrado.

Dessa forma, ficou comprovada a conduta ilícita praticada pela empresa, o que justifica, não só a confirmação da justa causa, como a indenização por dano moral ao trabalhador.

Nas decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, são admissíveis os recursos enumerados no art. 893 da CLT.

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região



Fenavist participa do Café da Manhã com Política realizado pela Febrac



Ao lado da diretoria e empresários do setor de asseio e Conservação, o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, participou na última quarta-feira (27), do “Café da Manhã com Política”, promovido pelo Presidente da Febrac, Edgar Segato Neto, no Edifício da Confederação Nacional

do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília/DF.

Estiveram presentes os deputados Federais Edinho Bez (PMDB-SC), Giovanni Cherini (PDT-RS), Otávio Leite (PSDB-RJ) e Walter Alves (PMDB-RN), como também líderes sindicais e empresários do setor de serviços, e o presidente da Câmara Brasileira de Serviços Terceirizáveis da CNC, Jefferson Simões.

De acordo com o presidente da Febrac, “o evento é uma oportunidade de aproximação com o Congresso Nacional. A cada mês, iremos convidar parlamentares para conversar e debater sobre o setor de serviços”, destacou Edgar Segato.

Profissionais de Segurança têm seu primeiro encontro nacional

A ABSEG – Associação Brasileira dos Profissionais de Segurança realiza seu primeiro Encontro Nacional de Profissionais de Segurança, voltado a associados e não associados, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento e o networking tão necessário ao desenvolvimento de todas as carreiras.

Sob o tema, “Os Desafios da Integração no Segurança”, o evento aconteceu de 12 a 14 de maio próximo no Auditório do Espaço Maestro, no Paraíso, São Paulo, e contou com palestras dos mais proeminentes nomes da segurança privada, dentre eles o Presidente da FENAVIST, Jeferson Nazário.

A criação do Encontro foi motivada pelo interesse dos associados em obter capacitação e desenvolvimento especializado e direcionado a solução de problemas reais vividos por esses profissionais.



Fenavist participa de seminário em busca de solução para roubo a bancos e a carros forte

O 1º Seminário de Segurança Pública e Privada aconteceu no dia 12 de março, no auditório Jaime Câmara da Câmara dos Vereadores de Goiânia e discutiu medidas a serem tomadas para prevenir os roubos a bancos e a transportes de valores. A iniciativa contou com apoio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores e de Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp), juntamente com a Associação dos Bancos de Goiás, Tocantins e Maranhão (Asban – GO/TO/MA) e surgiu devido à preocupação com crescente número de assaltos a carros forte e a bancos.



O Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, Edilson de Brito, afirmou que o seminário tem por objetivo discutir e criar novas ideias para minimizar as ações de roubo a banco e a carros forte. “Ao final do evento será criado um conselho especial com representantes de todas as instâncias envolvidas, agendando reuniões mensais para o acompanhamento e desenvolvimento das medidas sugeridas”, explica Edilson.

O Vice-presidente para Assuntos de Planejamento da Fenavist e Presidente do SINDESP-GO, Leonardo Ottoni

Vieira, destacou a importância do seminário como forma de aproximação do trabalho das instâncias pública e privada. “O movimento de integração entre as duas esferas é algo que só tem a beneficiar ambos os lados e, principalmente, a população. Estreitar esses laços é um amadurecimento da relação”, analisa o presidente.

Essa aproximação tem início com os casos específicos de assaltos a bancos e a transporte de valores, assunto que vem sendo levantado pelo sindicato

desde o início de 2014. Quando houve suspeitas de que as ações contra carros forte poderiam aumentar, o Sindesp-GO procurou a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Rodoviária Federal para dar início aos diálogos sobre possíveis medidas que poderiam evitar esse tipo de ação. Depois de terem os transportes de valores incluídos no programa ProCarga, o próximo passo da Secretaria é a realização do Seminário, para desenvolvimento de novas ideias que possam beneficiar a população, prevenindo as ações criminosas contra os carros forte e bancos.



1ª Expo Segurança Amazonas discute a modernização do mercado

De 29 a 31 de maio, a 1ª Expo Segurança Amazonas 2015 foi realizada no Centro de Convenções Manaus Plaza, na Zona Centro-Sul, expondo o que há de melhor e mais moderno no segmento de segurança privada no País.

Entre os destaques da feira destacou-se o sistema RFID (Identificação de Rádio Frequência traduzido do inglês), que faz a leitura de informações por uma “etiqueta inteligência” com o auxílio de um leitor de frequência de rádio.

Uma iniciativa que está em fase de implementação aqui no Amazonas é a utilização desse recurso para o controle de bolsas de sangue utilizadas pela Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCecon). A ideia é otimizar as atividades, aumentando a segurança transfuncional e garantir o controle e o rastreamento em tempo real do hemocentro. “Esse projeto é pioneiro no País e, por meio da leitura das etiquetas inteligentes, será possível garantir todas as informações da situação do hemocentro do hospital com uma única leitura, pois ele é muito rápido”, explicou o representante da Label Evolution Technology System (Lets), empresa que desenvolve a tecnologia, Daniel Leão.

De acordo com ele, o sistema pode ser usado em diversos segmentos com a finalidade de monitorar patrimônio, controle a equipamentos, armamentos e veículos. “Por exemplo, quando tem um inventário em uma empresa, os funcionários vão contar cada objeto manualmente. Mas se nesses objetos estiverem instaladas as etiquetas inteligentes, basta apontar o leitor, que é uma pistola de radiofrequência, que ela vai fazer a leitura de todos ao mesmo tempo. Um trabalho que duraria 10 minutos, por exemplo, poderá ser feito em segundos”, ressaltou ele.

Integração

Para o vice-presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança, Transporte de Valores e Cursos de Formação (Sindesp-AM), Nonato Caldeira, o evento também tem a proposta de estreitar a discussão sobre a segurança pública e



Segundo o vice-presidente do Sindesp-AM, Nonato Caldeira, o evento pretende estreitar as seguranças pública e privada

privada e integrar as duas em prol da sociedade. “Nós precisamos discutir segurança estratégica, segurança das fronteiras, porque a Amazônia é muito cobiçada. Os olhos do mundo estão voltados para cá”, afirmou Caldeira.

Meta é incluir o Amazonas no circuito

De acordo com Nonato Caldeira, a proposta da Expo Segurança Amazonas é também incluir o Estado no circuito nacional de feiras no segmento de segurança. Inclusive, na edição prevista para o ano que vem, está sendo cotada a participação de empresas de segurança internacionais. “Isso trará retornos econômicos para o Estado, seja para as indústrias ou comércio”, afirmou Caldeira.

Câmeras

Uma demonstração da integração entre a segurança pública e a privada é o convênio que o Estado está firmando com empresas privadas para a interligação de mais de 800 câmeras ao Centro de Operações de Segurança (CIOPS), que hoje possui 200 câmeras.



Evento do Sesvesp analisou o cenário nacional de segurança privada

De 16 a 18 de março empresários discutiram, no XI Fesp – Fórum Empresarial de Segurança Privada do Estado de São Paulo, promovido pelo Sesvesp (Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo), os rumos do setor de segurança privada. “Temos uma grande bandeira no momento que é o Estatuto da Segurança Privada, instrumento jurídico que, ao substituir a legislação atual, proporcionará avanços ao setor. Com ele, poderá haver um combate efetivo à clandestinidade e pirataria empresarial que mancha a atividade regularmente constituída”, explicou João Eliezer Palhuca presidente do Sesvesp.



Jeferson Nazário, Presidente da FENAVIST, João Palhuca, Presidente do SESVESP; Autair Iuga, Presidente do SEMEESP; e José Jacobson Neto, Presidente da ABREVIS, durante a abertura do XI FESP.



Evento reuniu empresários de segurança de todo o país.



Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo

SEMEESP homenageia Deputado Federal



O Deputado Federal Paulo Pereira da Silva (Solidariedade - SP) recebeu, no dia 11 de maio passado, uma placa de prata do SEMEESP. Nosso Presidente Autair Iuga acompanhado do Vice-Presidente Paulo Rogério Rizo e o Senhor Gilmar (Macor) estiveram na sede do Solidariedade para entregar a placa com os seguintes dizeres:

“Ao ilustríssimo Deputado Paulo Pereira da Silva, os agradecimentos do Semeesp – Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo, pelos relevantes serviços prestados ao setor de segurança privada”.

Luta e Fortalecimento



Joseph Ribamar Madeira

Há mais de 10 anos no mercado e na área sindical, Joseph Ribamar Madeira, 49 anos, participa ativamente da direção do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Tocantins (SINDESP/TO), desde maio de 2004.

À frente do Estado do Tocantins, Joseph está trabalhando para intensificar o fortalecimento das empresas associadas com o sindicato. Sempre buscando o desenvolvimento, a modernização e o fortalecimento da atividade no estado, o Vice-Presidente para assuntos de Igualdade Racial está sempre presente nas reuniões da Fenavist em busca do comprometimento e crescimento do setor.

Como empresário do ramo e membro do Sindicato, hoje combate os mesmos problemas do início de sua trajetória: clandestinidade e preços inexequíveis praticados por empresas que não têm nenhum compromisso com o estado nem com o segmento da classe.

Trabalho e Dedicção



Urubatan Estevan Romero

À frente do Sindicato das Empresas de Segurança do Estado do Ceará (Sindesp-CE) e Vice-Presidente para Assuntos Financeiros da Fenavist, o empresário Urubatan Estevan Romero descobriu cedo a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento do setor e aposta na aprovação do Estatuto da Segurança Privada para que a atividade prospere ainda mais.

Atuante na gestão sindical, Urubatan propõe a união em torno da Fenavist e dos sindicatos para fortalecer o segmento. Para ele, é necessário que os presidentes das empresas continuem participando com maior empenho na Federação. “Pois entendo que precisamos de entidades fortes e com muitos filiados para que possamos defender os interesses coletivos de forma rápida e eficaz. Além disso, é importante haver renovação, visando ao rodízio de ideias”.

ERRATA

Na edição anterior (ed. 19), na pág. 9, deixamos de registrar o nome do Diretor do SINDESP-AM, Carlos Anselmo de Souza.

Fique ligado na nossa Agenda



21 E 22 DE JULHO DE 2015

FISEG 2015

Local: Santiago - Chile

31 DE JULHO DE 2015

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Manaus - AM

17 A 19 DE AGOSTO DE 2015

INTERSEG 2015

Local: São Paulo - SP

18 A 20 DE AGOSTO DE 2015

SECUTECH VIETNAM

Local: Cidade Ho Chi Minh - Vietnam

19 A 21 DE AGOSTO DE 2015

E+S+S INTERNATIONAL SECURITY FAIR

Local: Bogotá - Colômbia

26 DE AGOSTO DE 2015

CONSELHO GESTOR

Local: Brasília - DF

28 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2015

61st ASIS ANNUAL SEMINAR AND EXHIBITS

Local: Anaheim, CA, USA

30 DE SETEMBRO DE 2015

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Brasília - DF

15 DE OUTUBRO DE 2015

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E REUNIAO DE DIRETORIA

Local: Belo Horizonte - MG

21 DE OUTUBRO DE 2015

REUNIÃO DE ASSESSORES JURÍDICOS

Local: Brasília - DF

25 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÃO DE DIRETORIA

Local: Brasília - DF

25 DE NOVEMBRO DE 2015

**FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO / PRÊMIOS MÉRITO E BENEMÉRITO
SINDICATO E DIRETOR**

Local: Brasília - DF



***FIQUE POR DENTRO
DAS NOVIDADES DA
SEGURANÇA PRIVADA.***



Acesse nossa página no Facebook

<https://www.facebook.com/pages/Fenavist/493302744063015>

